

ARTIGO

## PLANOS DE ASSISTÊNCIA AOS DESVALIDOS DAS SECAS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL (1878-1915)

JOSÉ WEYNE DE FREITAS SOUSA

Doutor em História Econômica (USP)  
Professor da Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0458-4838>

**RESUMO:** Este artigo problematiza as consequências sociais da implantação de planos de assistência aos desvalidos das secas na região Nordeste do Brasil. Para isso, considera como referência para o estudo o estado do Ceará, epicentro geográfico e político das secas, cujo papel irradiador influenciou toda a região, através da disseminação entre os estados do projeto Pompeu Sinimbú. Este apregoava equacionar o problema do desequilíbrio econômico entre as regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil entre 1878 e 1915, através da ideia de realizar o progresso da região Nordeste por meio de obras, que empregassem a mão de obra dos retirantes aptos para o trabalho, sob a coordenação dos governos locais. Como resultado, foi preciso planejar a organização dos trabalhadores deslocados de seus domicílios e a distribuição de alimentos, que resultou no abandono dos domicílios no sertão, e na migração interestadual e regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** projeto Pompeu Sinimbu, retirantes, seca, desenvolvimento social, Nordeste.

## **ASSISTANCE PLANS FOR THE DISABLED FROM THE DROUGHT IN THE NORTHEAST REGION OF BRAZIL (1878-1915)**

**ABSTRACT:** This article discusses the social consequences of the implementation of assistance plans for the destitute of droughts in the Northeast region of Brazil. For this, it considers as a reference for the study the state of Ceará, geographic and political epicenter of the droughts, whose irradiating role influenced the entire region, through the dissemination between the states of the Pompeu Sinimbu project. This claimed to equate the problem of the economic imbalance between the Northeast and Center-South regions of Brazil between 1878 and 1915, through the idea of making progress in the Northeast region through works, which would employ the labor of migrants able to work, under the coordination of local governments. As a result, it was necessary to plan the organization of workers displaced from their homes and the distribution of food, which resulted in the abandonment of homes in the sertão, and in interstate and regional migration.

**KEYWORDS:** project Pompeu Sinimbu, migrants, drought, social development, Northeast.

Recebido em: 24/11/2021

Aprovado em: 31/03/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v73p329-356>

## Introdução

As secas ocorridas na região Nordeste do Brasil entre 1877 e 1915 foram objetos de planos de ações, para a prestação dos socorros públicos enviados pelo governo central, como a distribuição de alimentos e a alocação dos desvalidos em obras públicas. Esses planos de socorros decorreram do projeto Pompeu Sinimbú (SOUSA, 2019) e, em razão disso, tinham como característica principal um sentido migratório, sendo os planos feitos a cada seca centralizados nas capitais nordestinas, centros do poder político.

Com isso, havia a intenção premeditada das elites políticas de atraírem as famílias sertanejas desvalidas, assim denominadas devido à conjuntura da seca e, por conseguinte, a escassez de água e alimento, sendo compelidas a migrarem para as áreas urbanas, onde a calamidade alcançaria maior visibilidade da imprensa regional e nacional, possibilitando a consecução do projeto Pompeu-Sinimbú, cuja intenção era realizar o progresso material do Ceará. Ideia rapidamente encampada pelas elites da região, que passaram a defender a concentração de mão de obra nas capitais para trabalhar em obras de urbanização e infraestrutura. Assim, objetiva-se compreender como os planos de socorros públicos operacionalizaram o projeto da oligarquia cearense, ajustando-se ao longo do tempo a sua dinâmica.

De 1877 a 1915 a região Nordeste foi atingida pelas secas de 1877-1879, 1888-1889, 1900, 1915. Nesse período, os governos das províncias, que após a Proclamação da República em 1889 passaram a serem chamadas de estados, adotaram planos de enfrentamento aos efeitos das secas. Esses planos, dependendo da época e da relação política entre o governo do Brasil e o local, podiam ser centralizados ou descentralizados, sendo os primeiros quase a regra, no Império e na República. O governo geral concedia passagens marítimas aos desvalidos para que migrassem para a região Norte ou para o Centro-Sul do país. Essa medida se tornou mais efetiva na República com a criação em 1894 da companhia estatal de navegação Lloyd Brasileiro. Mas, essa medida gerava descontentamento entre as elites da região Nordeste, que alcunharam essa política de “socorrer expatriando”.

Por volta de 1900 entra em execução o plano de socorros estáveis e completos, base do processo de institucionalização das secas na região, cujo início remonta com a criação de diversos organismos como a Inspetoria de

Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919 e finalmente, em 1945, com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Com a tentativa de extinção desse órgão em 1959 e a proposta de substituí-lo pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) se encerra a fase dos socorros públicos institucionalizados.

### **Plano de Socorros Centralizados**

De acordo com Sousa (2015, p.180) o termo “desvalido” foi utilizado na primeira metade do século XIX para designar os sertanejos que, individualmente ou em família, eram vítimas de violência pelos régulos locais, nas disputas pelo poder político ou nos conflitos entre famílias. Contudo, a partir da seca 1877-1879, ele passou a servir predominantemente para designar todos aqueles indivíduos afligidos pela escassez de água e alimento durante os períodos de estiagem. Nesse caso, a saída indicada pelos governos estaduais era a migração para as capitais nordestinas, onde buscavam a proteção do estado através da assistência prestada pelo envio de recursos do governo central, na forma de socorros públicos, como parte fundamental para apoiar o projeto Pompeu Sinimbu.

Além disso, para implantar o referido projeto foi criada a Comissão Central da Corte com a finalidade de tornar exequível a política de socorros indiretos, pois ela podia autorizar a criação de novas comissões nos estados do Nordeste e decidir sobre a quantidade dos recursos financeiros a serem destinados para cada localidade. Por sua vez, as províncias da região passaram a planejar a execução das verbas recebidas, porque era preciso gerenciar a execução de um conjunto de obras, controlar as folhas pagamentos de trabalhadores desvalidos, a distribuição de gêneros alimentícios e inspecionar os serviços. Nos estados predominava o centralismo assistencial, no qual se estabeleciam comissões centrais, localizadas nas capitais e essas, por sua vez, passavam a criar e controlar outras comissões menores em diferentes municípios.

O modelo dos socorros públicos centralizados fez surgir a figura do retirante desvalido, quando os sertanejos precisavam migrar de um município ao outro em busca de empregos e alimentos, com grande parte

deles se dirigindo às capitais das províncias. Os desvalidos atendidos numa comissão, mas que não pertenciam ao município onde ela se localizava eram chamados de “retirantes”, em alusão às retiradas de rebanhos de gados, e tratados como intrusos, indesejados. Era grande a animosidade contra os “retirantes” pelos desvalidos nativos do lugar por onde eles passavam. Como muitas cidades do sertão não tinham comissões e as que tinham socorros a oferecer eram muitas vezes insuficientes, a única opção do desvalido era continuar migrando. Por isso, os sertanejos famélicos não respeitavam fronteiras, sendo comum que desvalidos da Paraíba e do Rio Grande do Norte migrassem para o Ceará e deste para o Centro-Sul e para a região Norte, sobretudo o Pará, em busca dos socorros públicos.

Esse modelo de socorros públicos teve várias consequências danosas para a população dos estados e suas administrações. Para os retirantes havia o perigo da morte pela fome ao procurarem, com suas famílias, conseguirem socorros em outros municípios, pois aqueles que tentavam invadir quintais, roubar animais e plantios eram duramente castigados por uma população que também temia a fome e a invasão. Com a declaração da seca, restava apenas ao intendente (prefeito) do município esperar a instalação de uma comissão de socorros e obras públicas. Quando essa demorava, a população começava a migrar e junto com ela as autoridades locais, deixando em abandono a população remanescente que sem esperanças migrava também, desestabilizando a administração dos municípios.

Referindo-se ao Rio Grande do Norte, Felipe Guerra (1980, p. 212) avalia que depois de 1879 várias secas afligiram o sertão, ocasionando prejuízos ao comércio e a agricultura, abalando toda a vida social e causando sofrimento aos seus habitantes. Entretanto, segundo ele “nenhuma dessas pode, sem exagero, ser equiparada à de 1877-1879” (Ibidem). Não obstante, ele ressaltou: “notando-se que, nesse último ano, houve um pequeno inverno que só não teve o benéfico efeito de extinguir a crise, porque a população, exangue e fora de seus lares, não pôde colher os seus frutos”. (Ibidem) A população abandonou em massa os seus lares porque foi estimulada a fazer isso, pois o abandono dos domicílios era o principal pré-requisito dos planos de assistência implementados pelo projeto Pompeu Sinimbú.

Em Recife, capital de Pernambuco, a população de imigrantes foi calculada em 1878 em cerca de 20 mil pessoas. Contudo, a *Comissão Central*

*de Socorros aos Indigentes Vítimas das Secas* tomou uma série de providências que cancelavam os socorros públicos, devido aos dispêndios realizados pelos cofres públicos, para fazer os sertanejos voltarem aos seus domicílios. De acordo com o Relatório do Presidente da Província de Pernambuco de 1878:

Com essas providências conseguiu a comissão fazer com que a população adventícia da capital que em maio deste ano se podia calcular em mais de 20 mil pessoas, baixasse ultimamente a 2 mil pouco mais ou menos, compreendendo-se nesse número os que não podem voltar a seus lares por terem nos hospitais pessoas de suas famílias e muitos órfãos e viúvas. (RELATÓRIO PE, 1878, p. 7-8)

Assim, ia se formando de maneira semelhante nas periferias de centros urbanos como Fortaleza, Recife, João Pessoa e Teresina grupos populacionais compostos predominantemente de órfãos e viúvas, cuja chefia do domicílio era feminina (SOUSA, 2015). A centralização dos socorros públicos em Recife atraiu grandes levas de retirantes, inclusive de outras províncias. Os órfãos que não encontravam nos arrabaldes parentes próximos, distantes ou que não eram “adotados” nas ruas, terminavam sendo encaminhados pela polícia para as casas de expostos, como eram denominadas as crianças abandonadas pelos seus genitores. Em 1876 a Casa dos Expostos do Recife comportava 102 educandas e em 1878 passou a abrigar 175. (RELATÓRIO PE, 1878, p. 7). Em Fortaleza a Colônia Cristina abrigava em 1880, no final de uma seca, 66 órfãos passando a 201 em 1881. Isso resultou da implantação dos planos de socorros centralizados nas capitais, que pavimentaram a formação de uma periferia não planejada, cujas condições sociais e econômicas no início eram precárias.

Outra consequência da política de assistência centralizada nas capitais foi o estabelecimento de uma relativa situação de anomia social, caracterizada, principalmente, pela desorganização administrativa dos municípios, cujos efeitos reverberaram acentuadamente na segurança pública. Eventualmente, essa conjuntura de abandono da lei era vantajosa para os retirantes, quando conseguiam tirar proveito do caos estabelecido. O bispo Diocesano do Ceará, d. Luís Antônio dos Santos respondendo a uma consulta feita pelo padre de Granja, Antônio Tomas Teixeira Galvão, sobre os pedidos de alguns retirantes que desejavam se casarem, mas não tinham recursos financeiros nem os documentos necessários. O bispo lembrou ao

padre, o “quanto se procura iludir as leis e a autoridade para fugir de um pequeno trabalho ou pequena despesa, principalmente no presente tempo em que se julgam dispensados pela seca, de todas as leis divinas e humanas” (COMISSÃO DE SOCORROS PÚBLICOS DO CEARÁ, 1877-1879). Com isso, a sobrevalorização da seca facultava às elites imensos volumes de recursos para a edificação de obras públicas, a ampliação de seu capital político e aos pobres, pequenas regalias e privilégios mundanos.

### **Plano Henrique D’Ávila: descentralização dos socorros**

Henrique Francisco d’Ávila ao assumir a administração da província do Ceará em 1889 encontrou o serviço dos socorros públicos com uma dívida passiva de cerca de 3 mil contos de réis, grande parte já liquidada, e outra em liquidação. Essa dívida e a despesa já realizada por conta das obras públicas desde janeiro até o fim de junho daquele ano se elevaram a mais de 5 contos de réis. Na opinião de Ávila “não era possível manter esse serviço nessas condições de tão elevados sacrifícios do Tesouro Nacional porque, dentro de pouco tempo, toda a receita do Império não bastaria para satisfazer as exigências da seca do Ceará”. (RELATÓRIO CE, 1889, p.4-5). Não obstante, ele havia encontrado esse serviço inteiramente desorganizado e anarquizado, tendo “por objetivo principal fazer emigrar para fora da província o maior número de retirantes”. (RELATORIO CE, 1889, p. 5)

Durante o intenso processo de migração para fora do Ceará na seca de 1888-1889 em direção às províncias do Norte e do Sul do Brasil, como observou Maria Silvia Beozzo Bassanezi (2000, p.1-22), houve um esforço político do governo Caio Prado em controlar ou determinar a saída dos retirantes para o Sul, sobretudo São Paulo sua terra natal. Isso contrariava os interesses das elites políticas ligadas à oligarquia Pompeu-Acioli, defensora da migração interna. Com o falecimento do presidente do estado, assumiu o vice Américo Militão de Freitas Guimarães. Segundo o jornal a Constituição (1889, p.1) “o imortal antecessor de sua excelência [Caio Prado] traçou um plano de ataque ao flagelo, que não pode ser abandonado”. Porém, Militão pouco fez para impedir a migração para fora da província. Já o seu sucessor, Henrique d’Ávila, inverteu o sentido do planejamento da assistência aos desvalidos, nem favorecendo a migração para o Norte ou Sul, nem apoiando

a migração interna.

Com isso, o Ceará experimentou durante a seca de 1888-1889, a chamada seca dos três oitos, um sistema de assistência aos desvalidos diferente do praticado na seca de 1877-1879. Na administração do presidente d'Ávila se tentou implantar um plano antimigracionista, determinando a realização do atendimento aos desvalidos nos seus próprios domicílios. De acordo com ele, o êxodo originava as aglomerações, “e estas as maiores desordens e males de toda espécie, tornando muito mais pesados os sacrifícios do Tesouro”. (RELATORIO CE, 1889, p. 53). Desse modo, procurou interromper o abandono dos domicílios no sertão, por considerar que isso atraía para a capital cearense grande número de indigentes. Ademais, intentou levar o socorro público a todas as comarcas da província, criando um comissariado geral em cada uma delas, e dividindo-as em tantos comissariados locais, quantas fossem as circunscrições de raio de circunferência de 4 a 5 léguas que existissem em cada uma delas.

Henrique Ávila mandou colocar em todos esses pontos, armazéns de gêneros alimentícios, sendo que o armazém central de cada comarca ficou a cargo do comissário geral e os locais dirigidos pelos seus respectivos comissários. Ordenou que fosse estabelecido por mar e por terra meios de transporte que assegurassem, mensalmente, a remessa de gêneros alimentícios necessários para atender as famílias desvalidas de todas as comarcas da província. Autorizou os comissários gerais a fazerem o abatimento de gado bovino para fornecerem-lhes carne verde (recém-abatida) duas ou três vezes por semana. Dessa forma, como elas permaneceriam localizadas nas terras que cultivavam, reduzidas a indigência, receberiam alimentos mensalmente nos armazéns das circunscrições da comissão local, sem mais precisarem migrar. Com isso, os agricultores poderiam dispor de tempo para realizarem plantações na época apropriada. Por sua vez, o governo da província fornecia todas as sementes de que necessitavam e que fossem requisitadas aos comissários gerais.

Além dessas medidas de organização da prestação de socorros públicos, cujo cerne era evitar a migração interna e, por conseguinte, a desorganização econômica e administrativa da província, o presidente Ávila propôs um plano mais amplo que ele denominava de “regeneração do Ceará”. Esse plano era constituído de duas medidas básicas: a construção de



estradas de ferro e a irrigação ligada à edificação de açudes. Ele deu início também, a um tipo de obra parecido com aquele defendido pela Comissão Científica de Exploração que visitou o Ceará entre 1859 e 1861, os chamados poços artesianos:

Inicia-se entre nós um outro meio de resolver um dos problemas dos destinos desta província com a construção do primeiro poço artesiano, na Colônia Orfanológica Cristina. Espera a empresa que contratou esse serviço, que com mais três meses de trabalho, será uma realidade esse poço artesiano. Se for possível no Ceará a construção de verdadeiros poços artesianos, esta província terá a abundância de água por toda a parte e em todas as épocas do ano, o que seguramente, a constituirá em milanês brasileiro, em coração agrícola deste Império, e seu grande celeiro. (FALA, 1889, p. 6)

Como parte do “plano de regeneração” do Ceará, o presidente Ávila tentou suprimir os gastos com a burocracia e por isso, possivelmente, descontentou as elites. José Murilo de Carvalho (2003, p.113) ressaltou que por causa de sua dependência financeira em relação ao emprego público, essas pessoas tinham um “interesse material muito concreto na manutenção e expansão da burocracia”. Desse modo, a combinação entre estatismo e reformismo era mais fácil para os magistrados nordestinos, sobretudo para os que eram provenientes “de províncias onde o problema da mão de obra escrava não era tão sério, como o Ceará”. (Ibid., p. 222). Além disso, o investimento em poços artesianos contrariava a política da açudagem de caráter migracionista porque fixava a família na residência e tinha custo de execução mais baixo em relação à edificação de açudes. Isso, em si, se antepunha ao projeto Projeto-Sinimbu cuja lógica era a exploração dos desvalidos em obras públicas para a consecução do progresso do Ceará.

O aparelho burocrático ligado ao serviço da seca dependia do envio de recursos financeiros para atender os retirantes. Parte considerável das verbas era dispendida com os salários do pessoal que fazia parte da administração da verba que compunha a rubrica “socorros públicos”. De outro modo, esses recursos poderiam ser economizados para serem empregados diretamente no auxílio às famílias retirantes. Mas, nessa segunda seca, o governo de Henrique d’Ávila empreendeu um esforço para repensar o aparelho burocrático destinado ao atendimento dos desvalidos, com o objetivo de corrigir os problemas existentes no chamado de Serviço da Seca.

(...) encontrei os serviços relativos aos socorros ministrados a população flagelada pela seca nesta província, em completa anarquia; e trabalho com afinco para não só introduzir a ordem e o método nesses importantes serviços como diminuir as despesas que com eles se tem feito que, creio, poderão baixar de dois terços. (FALA, 1889, p. 7 e 8)

Esse plano implicava na redução de gastos e na aplicação mais eficiente de recursos com a nova organização do Serviço da Seca. Nesse plano constava, como a primeira medida, a descentralização do atendimento aos retirantes através da criação de um depósito de gêneros em cada uma das 27 comarcas que dividiam a província. Cada comarca teria um grande depósito central de gêneros alimentícios, a cargo de um comissário geral que teria várias atribuições. A criação desse cargo objetivava retirar o poder de distribuição dos socorros concentrados nas mãos de uma pequena parcela da elite local. Desse modo, a principal tarefa dos comissários gerais da comarca era guardar e dirigir o depósito central, definir os vários locais onde seriam estabelecidos os depósitos de alimentos necessários para que a distribuição de gêneros se fizesse com regularidade. Desse modo, o objetivo central dessas medidas era conservar a população socorrida em seus domicílios, embora na seca de 1888-1889 um plano de assistência migracionista já estivesse em curso. Para isso, ele determinou que:

Aproximando-se a época do preparo e amanho das terras para as plantações ordenei aos chefes dos serviços da seca que fossem colocando progressivamente, porém sem interrupção, os retirantes conservados sob sua direção, nas terras em que devem cultivar, a fim de as prepararem para receber plantações na época própria, fornecendo-lhes alimentos até a primeira colheita e fiscalizados os seus serviços de lavoura, de modo que só possam obter bilhete para receberem gêneros alimentícios os que efetivamente trabalharem nessa terra, salvo caso de força maior, ou impossibilidade real para o trabalho. (FALA, 1889, p. 8)

Nesse caso ocorreu uma inversão em relação ao projeto Pompeu-Sinimbu, porque o trabalho como contrapartida pelo socorro passou a ser empregado na lavoura de subsistência e não em obras públicas. Com isso, Ávila procurava encurtar a seca e manter o sertanejo próximo de seu domicílio. No entanto, essa era uma medida impopular e que desagradava as elites políticas, pois acabaria com o modelo de atendimento centralizado e migracionista, explorado do ponto de vista econômico e político pelo projeto Pompeu Sinimbú. Além dessa medida antimigracionista, o

presidente da província do Ceará determinou que o comissário geral de cada comarca devesse fornecer aos comissários locais, os gêneros e os tecidos para as vestimentas somente aquelas famílias que se conservassem em seus domicílios, ocupadas na preparação da terra para o plantio até a primeira colheita. Os comissários locais deveriam fiscalizar os serviços públicos para que apenas recebessem socorros os sertanejos que efetivamente trabalhassem, com exceção dos inválidos considerados impossibilitados para o trabalho. Com isso, se intentava coibir a inserção na política de socorros de indivíduos que não precisavam de atendimento, coibindo-se o clientelismo. Quanto aos inválidos, ou seja, as viúvas, os órfãos e os doentes, a prestação dos socorros necessários à sua permanência no domicílio evitaria a expansão pauperizada da periferia com todos os seus problemas sociais como a mendicância, a exploração sexual e os episódios de incêndios dos casebres (SOUSA, 2015, p.204-216).

De acordo como o novo plano do serviço da seca, o comissário de cada comarca tinha o direito de nomear ou demitir os empregados do depósito central, comissários locais e fiscais. Essa medida descentralizadora tornaria mais ágil o atendimento às famílias desvalidas. Porém, cada decisão deveria ser informada a presidência da província que examinaria se o número de empregados não era excessivo, mandando diminuir naqueles pontos em que lhe parecesse que o número ultrapassava o limite do que fosse estritamente necessário. Com isso, o governo poderia controlar o tamanho da estrutura burocrática em torno da seca. O novo plano estabeleceu uma hierarquia clara entre os funcionários, dividindo a província do Ceará em 27 comarcas, de modo que cada uma delas teria um comissário geral que trataria diretamente com o presidente da província.

Os comissários gerais tinham a função de contratar o fornecimento de carne verde para o armazém central e para os locais onde seriam distribuídos os gêneros alimentícios para os socorridos, cujo prazo limite era até a primeira colheita após a seca. Todos os contratos de compra de mercadorias ou contratação de pessoal eram sujeitos à aprovação da presidência da província do Ceará. Essa preocupação decorria do fato de que havia a suspeita de que os contratos de fornecimento de gêneros e a contratação de pessoal realizados na seca de 1877-1879 foram fraudados. Por isso, Henrique d'Ávila determinou aos comissários que os preços dos

contratos fossem os mais baixos possíveis. Para tanto, ele estabeleceu um parâmetro para o preço da carne em 1889, tomando como referência os preços praticados em Fortaleza onde um quilograma de gado abatido custava 320 réis. Desse modo, supunha-se que quanto mais próximos os pastoreios de gados, o preço deveria ser mais baixo ainda. Somente em caso de falta de carne verde (recém-abatida) seria fornecido charque ou carne seca.

Os gêneros alimentícios para abastecer o armazém central e os locais teriam que sair de Fortaleza e seriam autorizados pelo intendente. Diferentemente do que aconteceu na seca de 1877-1879 quando os gêneros eram comprados e enviados de diversas localidades, no novo plano do serviço da seca, a solicitação do envio deveria ocorrer com base no cálculo de haver no depósito central gêneros armazenados suficientes para um mês ou mais. Essa era uma medida que evitava que alguns lugares recebessem mais gêneros do que outros. Quanto às localidades mais distantes e desprovidas de estradas de ferro ou navegação, haveria a contratação da condução dos gêneros por cargas de mulas. Entretanto, como havia certos rincões que não dispunham de contratadores, o presidente do Ceará determinou que nesse caso o comissário geral devesse receber os gêneros na capital ou nas estações da estrada de ferro, ou em portos que lhes ficassem o mais perto possível, devendo constar tudo no contrato.

De acordo com o plano de regeneração do Ceará de Henrique d'Ávila, nos lugares onde fossem realizadas obras públicas com o emprego de indigentes, os salários deveriam ser fornecidos em gêneros necessários à alimentação do trabalhador e sua família, pagando-se em dinheiro apenas o saldo que, eventualmente, restasse em favor dos desvalidos. Evitava-se, com isso, a circulação de dinheiro e se coibia a corrupção regularmente praticada nas comissões de socorros e obras públicas. Com a adoção dessas medidas, o presidente da província do Ceará extinguiu parcialmente a prática do socorro indireto, base do projeto Pompeu Sinimbu, determinado que a prestação do socorro duraria somente até a próxima colheita, cujas famílias ficavam incumbidas de realizar, ainda durante a seca, a preparação do solo, tentando assim eliminar o seu caráter migratório e centralizador.

Entretanto, seu plano de regeneração do Ceará não interessava as elites defensoras do projeto Pompeu Sinimbu porque compreendiam que a seca

repercutia na imprensa, na proporção em que a migração em massa se acentuava na direção campo-cidade. Era preciso evidenciar a calamidade e não amenizá-la. Em razão disso, o presidente Henrique d'Ávila se viu "forçado a pedir demissão" do cargo de presidente da Província do Ceará. Sua gestão durou pouco mais de 1 mês e meio. Isso aconteceu, segundo ele próprio afirmou, "pelo fato de não poder harmonizar os seus planos de administração ao modo pelo qual o atual Ministério da Agricultura entende dirigir os assuntos relativos ao Ceará". (RELATÓRIO CEARÁ, 1889, p. 3).

Na época, o Ministério da Agricultura era dirigido por Afonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro Preto) e presidente do último Conselho de Ministros do Império. Qual foi o principal ponto de discordância entre ele e o Ministro da Agricultura? Parece evidente que a não aceitação do projeto Pompeu-Sinimbú, expresso nas medidas antimigracionistas foi o motivo da indisposição entre ambos. Apesar de constatar que a seca era o principal acontecimento da região e constituía uma preocupação geral, seu plano de assistência aos desvalidos contrariava os interesses das elites cearenses e do próprio Ministério da Agricultura pela forma que encontrou de equacionar o problema.

O fundamento do seu plano de assistência se baseava numa ideia oposta à de "combate às secas" ou de "obras contra as secas", sendo o seu cerne a noção de adequação para a "regeneração do Ceará". Na fala que proferiu aos deputados da Assembleia Legislativa do Ceará no dia 15 de julho de 1889, afirmou que no "exercício do cargo de ministro da agricultura em 1883, foi o Ceará a província que mais preocupou a minha atenção". (FALA, 1889, p.3) Para isso, Ávila considerou que por meio de uma série de medidas de natureza técnico-agrícola seria possível "regenerar" ou recuperar a economia agrícola cearense. Assim, ele objetivava diminuir o peso financeiro do Ceará, durante uma seca, sobre o Tesouro Nacional e tornar mais eficiente o emprego das verbas. De acordo com ele, "Desde 1877, os especialistas, os homens práticos, concordaram nos meios de evitar os efeitos devastadores das secas, e esses meios e esses planos consistem: na construção de estradas de ferro, e de reservatórios d'água para irrigação" (FALA, 1889, p.3). Segundo ele, o país dispunha de conhecimento técnico para realizar a construção de ferrovias e as obras de irrigação eram relativamente fáceis. Com isso, ao indagar sobre o motivo do retardo dessas obras, concluiu que "uma das

principais causas desta procrastinação é que as ideias de política e de governo se tem anteposto, entre nós, a todos os outros assuntos, a todos os outros interesses” (FALA, 1889, p. 6).

Henrique d’Ávila não compreendeu que a “procrastinação” era parte de um projeto político maior de progresso para a região Nordeste do Brasil, cujo sentido era a exploração da mão de obra desvalida a cada seca com recursos do Tesouro Nacional. A rápida solução do problema das secas, por meios técnico-administrativos, implicaria no fim do projeto de progresso econômico do Ceará, que terminava se revestindo em projeto de poder. Apesar de ter sofrido um contratempo na gestão de Caio Prado e, sobretudo, de Henrique d’Ávila, o projeto Pompeu-Sinimbú foi revigorado posteriormente na seca de 1898 e depois na seca de 1900, por meio do chamado Plano de Socorros Estáveis e Completos.

### **Plano de Serviços Estáveis Completos**

Com a derrota do plano regenerador de Henrique D’Ávila e como nenhum outro presidente, depois dele, no Ceará propôs um plano de socorro descentralizado, o projeto Pompeu Sinimbú pode voltar a ser executado novamente, porém com uma importante modificação. Ocorreu que na seca de 1898, o presidente Antônio Pinto Nogueira Acióli, herdeiro político do senador Pompeu avaliou que:

Socorros públicos prestados sem plano, urgidos pela crise, se não são inteiramente perdidos para o tesouro federal por melhorarem a sorte dos indigentes, pouco aproveitam na previsão de futuras secas. Enquanto estas perduram é impossível cuidar de economia; a fonte inflexível, exigente e intransigente, e a responsabilidade governamental muito grande. (MENSAGEM CE, 1898, p. 26).

Acióli não era completamente fiel aos fatos ao afirmar que os socorros públicos eram prestados “sem plano” porque eram compelidos pelas secas, pois havia um modelo geral de planejamento centralizado e migracionista em curso no Ceará desde a seca de 1877-1879. Contudo, o que ele pretendia afirmar era que o governo da província deveria ter um controle ainda maior sobre a realização de obras públicas, passando a realizá-las fora dos períodos de secas. Essa foi a primeira grande ampliação sofrida pelo projeto Pompeu Sinimbú. Com isso, passou-se a defender mais ainda a separação entre socorros públicos diretos e indiretos por meio do estabelecimento a

*posteriori* de órgãos de planejamento e execução de obras públicas. Para isso, era necessário que as elites políticas do Ceará se mantivessem no poder. Por isso, ao se aproximar o fim da sua gestão, Nogueira Acióli tentou indicar o nome do seu filho Tomás Pompeu Pinto Acióli ao presidente do Brasil Campos Sales, com a intenção de encobrir, segundo Rodolfo Teófilo (2001, p.9), os seus gastos abusivos e sem explicação do dinheiro da Tesouraria Provincial, pacientemente acumulado na gestão do general Bezerril Fontenele.

Durante a seca de 1900 no Ceará teve início um movimento que caracterizaria a política de socorros ao longo do século XX no Nordeste, cujo objetivo geral era evitar a concentração de retirantes nas capitais. Quando o presidente do estado Pedro Borges implantou a proposta de “socorros estáveis e completos” delineada por Nogueira Acióli, realizando obras públicas que seriam continuadas ao término da seca de 1900, procurou evitar a concentração de retirantes na capital cearense, coibiu a migração para o Norte e o Centro-Sul do Brasil, um problema sério na seca de 1888-1889 e deu continuidade às obras que ficaram inacabadas na seca anterior com o apoio das Comissões de Obras Públicas. Na Mensagem apresentada em 1901 a Assembleia Legislativa do Ceará sobre o início do seu governo ele relatou o seguinte:

Esboçado perante o chefe da nação o quadro aflitivo da situação em que se debatia o Estado, ao empossar-me do seu governo, indicava eu *como base estável de um plano de assistência pública*, organizado de modo a produzir salutareos efeitos, medidas definitivas no presente e no futuro, além de outra medida, de expediente provisório, enquanto aquelas não fossem decretadas por dependerem de credito votado pelo parlamento e de tempo para sua execução. [Grifos nossos] (MENSAGEM CE, 1901, p. 29).

O plano de assistência pública estável de Borges consistia principalmente na construção de ferrovias e açudes, cujos efeitos seriam definitivos. Essas obras eram vetores para o progresso da província como preceituava o projeto Pompeu Sinimbú. Com o envio dos recursos seria descartada a migração para o Pará e o Amazonas, considerada uma medida provisória e extrema. Para tanto, Borges revitalizava a seca e os seus efeitos, vociferando que ela era uma “terrível calamidade” que atingia fatalmente a população cearense em períodos “mais ou menos distanciados, impedindo destarte a maior expansão da nossa prosperidade – já nos apavora

projetando os contornos de sua medonha perspectiva, que esmaece e entibia todas as manifestações de nossa vida econômico-social” (MENSAGEM CE, pp. 17-18). Vista como um empecilho à prosperidade do Ceará, a seca justificava o envio de recursos financeiros para a realização de obras públicas. Desse modo, de simples fenômeno climático, a seca era transformada em calamidade social. A invenção política da calamidade às vezes se pautava no “excesso” de inverno. O presidente da província do Ceará Nogueira Acioli em 1900 se referindo ao ano anterior, 1899 argumentou que:

O inverno do ano passado – o mais copioso que registra o século prolongou-se além do prazo normal das estações pluviosas. De benefícios que eram, os seus efeitos tornaram-se prejudiciais, principalmente a agricultura e a indústria pastoril, visto ser certo o mal incalculável que a continuação das chuvas produz na pastagem depois de sua maturidade. (MENSAGEM CE, de 1900, p. 18).

Porém, o ano seguinte, 1900, foi marcado por uma nova seca, embora o inverno anterior tenha se prolongado até março desse ano. Esse exemplo corrobora a análise do problema feito pela Comissão Científica de Exploração (1859-1861), segundo a qual as secas não eram um impedimento ao progresso econômico do Ceará e da região. Por outro lado, o modelo de planejamento que por estimular a migração interna e negligenciar medidas preventivas em relação à seca, ampliava os seus efeitos calamitosos. Caso houvesse sido aplicado o plano estratégico situacional proposto pela Comissão de reservar água em cisternas, a fenação do capim e a guarda de grãos em silos, essa seca teria passado sem que seus efeitos fossem devastadores, como se constatou reproduzindo os quadros das secas anteriores de calamidade social.

O presidente Manuel do Campo Sales, respondeu a Pedro Borges dizendo-lhe “não ser possível, ante a própria natureza do flagelo, uma medida de efeitos completos, sobretudo quando outros estados, como Piauí e Rio Grande do Norte, em circunstâncias idênticas fazem iguais solicitações”. (MENSAGEM CE, 1901, p. 37) A disputa de outros estados pela verba dos socorros, levou a embates acirrados na Câmara e no Senado Federal, levando o presidente a enviar um telegrama a Pedro Borges pedindo-lhe prudência, pois os representantes desses estados eram reclamantes, como destacou o presidente, com atitudes altamente



inconvenientes, no momento em que os poderes federais e estaduais teriam que “combinar sua ação, a fim de torná-la benéfica, pois não era só a União que cabe responder por esta angustiosa situação” (MENSAGEM CE, 1901, p. 38).

No Ceará, Nogueira Acióli sucedeu em julho de 1904 o presidente Pedro Borges no governo do Ceará. Ele deu continuidade ao seu Plano de Serviços Estáveis e Completos - passando a criticar a política de esforços intermitentes e sem continuidade dos trabalhos públicos, defendendo a “adoção de um plano maduramente estudado e persistentemente levado a efeito” (MENSAGEM, 1901, p.44-45). Como justificar a aplicação de um plano entre secas, haja vista que durante décadas a existência das secas fosse a principal justificativa para se gastar recursos públicos com as obras na província? Uma das justificativas era que as secas eram periódicas e imprevisíveis, portanto, as obras deveriam ter uma natureza preventiva. Além disso, as obras iniciadas e não concluídas representavam um desperdício de recursos, com a sua deterioração pelo sol, vento e chuvas.

O Plano de Serviços Estáveis e Completos referido neste tópico não começou com o presidente Pedro Borges. Como visto anteriormente, Nogueira Acióli propôs na seca de 1898 que os socorros não fossem prestados sem plano e na urgência de uma crise porque embora não fossem investimentos perdidos, pois socorriam aos desvalidos pouco serviam para prevenir futuras secas. As elites da região Nordeste perceberam que o socorro indireto era mais interessante do ponto de vista político e econômico. É importante observar que quando o projeto Pompeu Sinimbú começou a ser implementado, o socorro direto e o socorro indireto eram interdependentes, pois a condição para o desvalido receber o socorro direto, por meio da oferta de gêneros alimentícios, era o socorro indireto, ou se seja: o trabalho em obras públicas.

O engenheiro geral das obras da província Ernesto Antônio Ernesto Lassance Cunha escreveu em 1900 um opúsculo intitulado “*Estudos Sobre a Seca do Ceará*” que foi publicado no jornal Correio do Povo de Porto Alegre, quando constatou que se era impossível evitar as consequências das secas, era possível ao menos minorar os seus efeitos. Porém, em sua opinião havia imprevidência por parte do governo que somente se lembrava das “secas

quando têm de abrir os cofres para completar a miséria do faminto, desmoralizando-o com a esmola, como socorro público” (ALVES, 2003, p. 232). Com isso, o seu discurso se coadunava com o plano de serviços defendido por Acioli, de modo que paulatinamente, o socorro indireto vai se sobrepondo ao direto com a elaboração de um plano de serviços ininterruptos, como assegura Pedro Borges:

O que é essencial, seja-me lícito repetir, é a organização de um plano de serviços, cuja execução não seja interrompida ou suspensa, mas perseverantemente continuada, a fim de dotar o Ceará com os meios indispensáveis adequados a afrontar os males que as secas lhe reservem no futuro. (MENSAGEM CE, 1901, pp. 27-28)

Uma consequência lógica desse plano foi a criação de órgãos federais ligados a construção de obras públicas, como se viu posteriormente. Mas, ainda em 1901 após tomar conhecimento da situação da província em relação à calamidade da seca, Pedro Borges escreveu ao presidente do Brasil alegando a falta de recursos para socorrer os desvalidos. Contudo, suspeitava-se que isso se devia à gestão fraudulenta do seu antecessor - Nogueira Acióli. Segundo Rodolfo Teófilo (2001, p. 1), seu governo de 1896 a 1900 foi antecedido pelo do general Bezerril Fontenele, “cuja administração em benefícios foi completamente nula, havia deixado nos cofres públicos cerca de dois mil contos de reis, que foram mais tarde dilapidados pelo governo do sr. Acioly”. Com poucos recursos nos cofres do estado restava a Pedro Borges apelar para o governo da República, para a consecução de um conjunto de medidas julgadas mais adequadas. Dentre as quais, estava a construção de açudes para a irrigação de terrenos e as estradas de ferro que concorreriam para que não se “desloquem as populações do interior, que ainda poderão aguardar nos lugares de suas residências os socorros que lhes tenham de ser prestados pelo poder público” (MENSAGEM CE, 1901, p. 26). Com a implantação do Plano de Socorros Estáveis e Completos, as massas de retirantes desvalidos não interessavam mais porque se poderiam pleitear recursos fora dos períodos de estio para a realização de obras públicas.

Entre as obras principais, e quase exclusivas, desse plano de serviços estáveis apresentados por Pedro Borges estava o prolongamento da estrada de ferro de Baturité até o vale do Cariri e a construção de um grande açude no Boqueirão das Lavras. Porém, essas obras somente fariam sentido se elas fossem executadas dentro do plano:

Entretanto, sem adotar-se um plano de serviços estáveis, levados a execução com perseverança, com a decretação de verbas possíveis nos orçamentos anuais para seu custeio até completar-se o conjunto das medidas tendentes a neutralizar os efeitos da calamidade, em qualquer tempo ou período em que ela venha a renovar-se, ter-se-á apenas atacado o mal, quando surge, para abandoná-lo, quando cessa, sem cuidar do futuro. (MENSAGEM CE, 1901 p. 27)

No entanto, enquanto o Governo Federal não destinasse recursos para o Ceará e a região a saída que Pedro Borges tinha, contra sua vontade, era facilitar a emigração para as províncias do Amazonas e do Pará. Mesmo o presidente destinando recursos à assistência aos desvalidos havia um interesse de outros estados em receber a mão de obra migrante. Por isso, ele argumentava em mensagem à Assembleia Legislativa que se a calamidade pública era um grande mal intenso e generalizado, que reduzia as forças e as energias de um Estado, lhe desequilibrando o organismo e atacando os elementos de produção, cuja duração poderia até comprometer a sua existência política. Portanto, ele concluiu que socorrer um Estado, por ocasião de alguma calamidade, era “tentar salvá-lo na sua integridade, e não mutilá-lo na sua população, que lhe é vida”. (MENSAGEM CE, 1901, p. 40)

Para Borges era como se o Governo Federal desse aos seus cidadãos um “*mandado de despejo*”, que anulava o “seu direito de locomoção”, através da emigração forçada por falta de assistência ou pela sua insuficiência de um socorro prestado fora da sede do domicílio ou dos limites territoriais do próprio estado do Ceará. Assim, deveria o Governo da República manter a estabilidade das famílias por meio do socorro indireto em “obras de utilidade geral”. Considerando que o “socorro público” em tempo de calamidade era um preceito constitucional, Borges rejeitava a prática da presidência de “socorrer expatriando”. (MENSAGEM CE, 1901, p. 40). Esse tipo de argumento, apenas camuflava o real interesse dos sucessivos governos do Ceará ligados à oligarquia Acióli e, por conseguinte ao projeto Pompeu Sinimbú que era o de gerir e controlar os imigrantes. Borges se opunha que se expatriasse para fora dos limites do estado do Ceará, mas não se opunha a expatriação do retirante do seu domicílio porque durante sua gestão não tomou nenhuma medida nesse sentido, mas ao contrário procurou incentivá-la.

## **O caráter migracionista dos planos de assistência e o controle dos**

## **retirantes pelos governos estaduais**

O caráter migracionista, base do projeto Pompeu Sinimbu, se expressou nos planos de assistência centralizados até a seca de 1900. A partir dessa seca, as elites políticas do Ceará procuraram se independizar da necessidade do migrante e do próprio caos social por ele gerado, através do Plano de Serviços Estáveis e Completos. Assim, a migração interna foi tolerada e justificada tacitamente até esse ano, pois o abandono do domicílio ainda era a base para o projeto, no entanto os retirantes deveriam migrar apenas internamente. Na medida em que eles abandonavam os estados da região, as comissões de socorros perdiam sua função social e, por conseguinte, sua importância política e financeira. Além disso, os governos estaduais deixariam de aproveitar a mão de obra desvalida na construção de obras públicas, que fariam a riqueza de outras províncias. Nessa época, a disputa por mão de obra para a lavoura se acentuava nas províncias do Nordeste, com o bloqueio inglês contra a escravidão e as campanhas abolicionistas, fazendo com que a economia escravista chegasse ao fim no Brasil.

No Centro-Sul o processo de colonização europeia ia se consolidando e transitando para o trabalho assalariado. Nordeste a pequena escala da agricultura de *plantation* da cana de açúcar e do algodão, e o predomínio da agricultura de subsistência do arroz, milho, mandioca, feijão e o clima do semiárido eram pouco atraentes para os colonos europeus. Sobre essas culturas agrícolas o governo da província do Maranhão acreditava que devido “somente à falta de braços devem elas o ter tido pequeno desenvolvimento”. (GUIA DO IMIGRANTE, 1888, pp. 14-15). Contudo, com o estabelecimento de uma “grande corrente migratória para a província, forçosamente sua lavoura e seu comércio progredirão de um modo extraordinário”. (Ibid., 1888, pp. 14-15). Entretanto, foram pífios os resultados obtidos por essa província na sua campanha de atração de imigrantes europeus em 1888 (Ibid., 1888, pp. 14-15).

Desse modo, como não se estabeleceu nenhuma grande corrente migratória europeia para as províncias da região Nordeste e com o crescimento do tráfico interprovincial do Nordeste para o Centro-Sul, que terminou por debilitar sua economia escravista, restou à região aderir ao

projeto de progresso do Ceará – o projeto Pompeu-Sinimbu. Na seca de 1900, Pedro Borges que coordenava a execução do projeto, precisou aceitar do Governo Federal a concessão de passagens aos retirantes cearenses como medida provisória, até que chegassem as verbas para aplicar as medidas permanentes como a construção dos açudes e das estradas de ferro. O ministério da Viação e Indústria mandou um telegrama ao presidente informando-lhe a disposição de recursos para o socorro da província, como o fornecimento de passagens aos retirantes nos vapores do Lhoyd, dos agricultores e das suas famílias que quisessem se estabelecer nos estados do Sul da República, comportando cada viagem por volta de 300 passageiros.

Nesse período, se começou a conjecturar a hipótese de que estavam grassando no Sul do Brasil uma espécie de epidemia de febre com as características de peste bubônica, semelhante aquelas que se disseminavam entre os retirantes de Fortaleza (MENSAGEM CE, 1901, p. 33). Apoiado nisso, entrou em cena o deputado Francisco Sá que tinha relações com a oligarquia Pompeu-Acióli, conseguindo aprovar um projeto de socorros mais robusto de combate à seca. Sá era casado com Olga Pinto Nogueira Acióli, filha do ex-presidente do estado do Ceará Nogueira Acióli. Francisco Sá foi para o projeto Pompeu-Sinimbu a partir da seca de 1900, o que foi o visconde de Sinimbu na seca de 1877-1879 – o apoiador financeiro.

O deputado indagou a Pedro Borges sobre a quantia que ele precisava para socorrer os desvalidos, que lhe respondeu que a seca era generalizada, com todos os municípios sentindo os seus efeitos, e que era difícil fixar um valor porque não sabia quanto tempo a seca iria durar. Pediu-lhe que os recursos fossem enviados à medida das necessidades, ao passo em que indicava que as verbas seriam para o prolongamento das estradas de ferro de Baturité e Sobral, além dos grandes açudes. A encampação dessas obras fora dos períodos de secas permitiu que Borges começasse a executar o plano de socorros estáveis e completos. Ele não pretendia delimitar um prazo para o fim dos socorros e ao defender a continuação de obras de grande vulto como as estradas de ferro, indicava sua intenção pelos socorros por tempo indeterminado.

Quando foram aprovados os créditos necessários aos socorros públicos, Pedro Borges fez cessar a migração para outras províncias, porque senão se “converteria em medida de despovoamento do Ceará”. (MENSAGEM, 1901,

p.30) Sobre a gestão dos recursos, ele asseverou “Obedeci, além da necessidade do momento, à conveniência de prosseguir-se nas medidas já iniciadas durante a seca trienal de 1877 a 1879, completando-se a organização de um plano de combate assentado para atenuar no futuro os rudes golpes da calamidade”. (MENSAGEM, 1901, p.30). Esse plano de combate estaria completado na medida em que fosse implantado o plano de serviços estáveis e completos.

Nogueira Acióli, em 1905, sucedeu a Pedro Borges no Governo do Ceará quando pôde continuar o Plano de Serviços Estáveis e Completos e assim completar o projeto Pompeu-Sinimbu iniciado na seca de 1877-1879. Passou a justificá-lo a partir do modelo inglês de combate as secas, empregado na Índia, sua colônia. O governo da Inglaterra recomendou aos governos de Bombaim e Madras que por ocasião da seca de 1876 se organizassem as *small relief works* (pequenas obras de socorros), em número suficiente para empregar toda a população indigente dos distritos atingido pela seca, mantendo-os o mais próximo possível dos seus domicílios, sendo essa uma diferença profunda em relação ao projeto cearense. Entre as obras indicadas foram preferidas a construção de estradas, açudes e poços. De acordo com Acióli, como se prolongavam além do tempo esperado os efeitos da calamidade, o governador de Bombaim lembrou ao governo metropolitano a utilidade de dar a tais obras um “caráter mais geral e permanente” (MENSAGEM CE, 1905, p. 45).

Esse caráter “geral e permanente” se tornou perceptível a partir 1900 quando começou a se processar a transição dentro do projeto Pompeu-Sinimbu dos “planos de socorros” para “plano de serviços com a realização de obras”. Essa mudança foi registrada no levantamento realizado por Fernanda Dandaro e Renato Marcondes acerca dos gastos com as secas do Nordeste entre 1860 e 1940. Durante a seca de 1877-1879 o gasto predominante era com “socorros públicos”, sendo de cerca de 4 milhões de libras esterlinas. Na seca seguinte de 1888-1889 o montante foi menor, ficando próximo de 1,9 milhões. Mas a partir da seca de 1900 essa relação se inverteu completamente. Cessaram os gastos com “socorros públicos” e cresceu, a cada ano desde 1901 – mesmo sem seca –, o volume de gastos com obras públicas de maneira permanente, chegando em 1913 a mais de 400 libras. De acordo com Dandaro e Marcondes (2018, p.123) “após 1899, as

despesas com socorros públicos específicos para o enfrentamento de secas reduz-se, (...). *Ao que tudo indica, houve uma mudança no modo de enfrentar as secas*, deixando de ser uma ajuda emergencial, que ocorria apenas nos períodos de secas, e passando a ser mais constante com a construção de obras contra as secas” [grifos nossos].

Observa-se ainda que o valor gasto com a seca de 1888-1889 foi calculado considerando-se os dois anos seguintes a essa seca, ou seja, 1890 e 1891 que foram de invernos regulares. Por qual motivo a verba para “socorros públicos” teria sido prorrogada até 1891? Uma das prováveis razões foi que com a Proclamação da República as elites da região barganharam recursos em troca de apoio político ao novo regime. O presidente do Ceará General Clarindo de Queiros relatou que muitos açudes construídos em diferentes localidades do centro, “a expensas dos socorros públicos fornecidos pelos cofres gerais e do Estado, na última seca. Estes importantes melhoramentos reclamam verba orçamentaria para que sejam conservados” (MENSAGEM CE, 1891, p.14).

Outro aspecto importante foi que de 1877 a 1914, dos 9 estados da região Nordeste todos participaram da política de socorros públicos coordenada pelo Ceará. Mas, a partir de 1901 quando o projeto Pompeu Sinimbu foi ajustado, alguns estados ficaram de fora como Alagoas, Maranhão e Sergipe que nesse período não realizaram obras públicas. Nesse novo cenário do Plano de Serviços Estáveis e Completos o estado do Ceará continuava sendo o maior favorecido com 46% da verba total para obras públicas. Possivelmente, as elites políticas desses outros estados demoraram a perceber a mudança ou não se articularam de maneira suficiente.

### **Rodolfo Teófilo, João Frigido e Felipe Guerra: crítica ao modelo de planejamento centralizado**

Se as elites políticas de Alagoas, Sergipe e do Maranhão demoraram a perceber as mudanças na dinâmica do projeto Pompeu-Sinimbu, com as elites intelectuais também não foi diferente. O projeto sofreu, esporadicamente, algum tipo de oposição mais contumaz na Câmara, no Senado e no próprio Ceará, seu epicentro. O deputado provincial João Brígido que se contrapunha a oligarquia Pompeu-Acioli no Ceará

considerava que se tinha “exagerado, na imprensa externa, os efeitos da seca do Ceará, no intuito de virem os poderes públicos em socorro da população; quando não é ocasião de passarmos por esta humilhação” (CARVALHO, 1969, p. 190). Mas, um aspecto notável era que como não havia uma clareza por parte da oposição acerca da estratégia de poder da oligarquia Acioli e sua correlação com o projeto Pompeu Sinimbú, muitas vezes a oposição terminava endossando o projeto, como foi o caso de João Brígido, que embora considerasse as notícias sobre a seca na imprensa uma humilhação, ele defendia que:

Outras secas hão de vir, está sabido, porque estamos sob um regime meteorológico, que é lei eterna. Acorde o governo, metendo ombros, com vontade e decisão, à obra da açudagem das províncias do Norte, sujeitas a penosa vicissitude, que nos tem feito estacionar, quando o que cabe ao Ceará, pelos dotes da sua natureza, é ter a vanguarda da opulência, e conseguintemente da civilização do Brasil (CARVALHO, 1969, p. 191).

Considerando que o projeto Pompeu-Sinimbu surgiu justamente da descrença nos “dotes da natureza” do Ceará, não faria sentido acreditar nestes e ao mesmo tempo desejar a realização de obras de açudagem porque essas obras eram vistas como uma correção da natureza hostil da região Nordeste, impossível de ser assentado sobre suas condições geoclimáticas. Outra questão não percebida pelas elites intelectuais e políticas foi que o processo de depredação moral da população sertaneja, ocorrido na seca de 1877-1879 foi agudizado com a consecução do Plano de Serviços Estáveis e Completos porque ao se tentar impedir a migração em massa, e considerando que ela não cessou com esse plano, o retirante passou a ser visto e tratado como uma iniquidade pelos cidadãos das capitais da região.

Assim, como a oposição não entendia as razões da “humilhação”, também não entendia o “sentido migratório” até 1900, nem o “antimigratório” que o projeto incorporou depois desse ano. Com isso, estudiosos das secas como Felipe Guerra e Rodolfo Teófilo tiveram um posicionamento parecido. Felipe Guerra (1909, p. 11) se referindo em 1909 às secas no Rio Grande do Norte resumiu a política de socorros públicos da época da seguinte forma: “Por mais de uma vez aqueles que deviam guia-lo e ampará-lo, lhe tem sugerido o abandono do seu torrão”. Rodolfo Teófilo (1980, p. 54) avaliando a seca de 1915 no Ceará concluiu que o governo não



preveniui “os brasileiros do Nordeste contra os efeitos das secas” e arrematou:

Nem ao menos tratou de organizar um plano de socorro cuja base essencial seria impedir por todos os meios o deslocamento da população sertaneja em tempo de fome; a fixação delas em seus domicílios, dando-lhe trabalho e nunca esmolas. Se em algumas zonas fosse impossível fixar os habitantes, vindo eles ter a Fortaleza, não lhes dar passagem para fora do Estado, nem aglomerá-los em núcleos, abarracá-los.

Veja-se que um elemento desse plano sugerido – a fixação do sertanejo no domicílio – foi proposto pela Comissão Científica de Exploração (1859-1861), cujo projeto foi apresentado no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro durante a seca de 1877-1879. (SOUZA, 2017) Quando os memorialistas das secas: Rodolfo Teófilo, Felipe e Teófilo Guerra passaram a questionar o sentido migratório do projeto Pompeu-Sinimbu, e as suas consequências sociais e econômicas, ele já havia mudado de sentido.

## **Conclusões**

O combate às secas na região Nordeste do Brasil não ocorreu por acaso, sendo a região submetida entre 1877 e 1915 a um conjunto de planos de assistência aos desvalidos, decorrentes do projeto Pompeu-Sinimbu, cujo objetivo era a promoção do seu progresso material. Esses planos se desdobraram em três fases: centralizadores e migracionistas até a seca de 1900, focados na realização de obras públicas permanentes com a implantação do Plano de Serviços Estáveis e Completos até 1908, e institucional com a criação de organismos de combate às secas como a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS, 1909), e posteriormente a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS, 1919). De modo geral, os planos de socorros aos desvalidos da região Nordeste do Brasil eram centralizados e a razão disso era que do contrário, a calamidade tal como ela se deu no século XIX, com todo o seu clamor, não existiria.

Essa forma de planejamento da assistência aos desvalidos das secas consolidou na região Nordeste os parâmetros para um modelo de desenvolvimento econômico e social, calcado numa relação historicamente de dependência do estado, que perpetuou as condições de desequilíbrio regional entre o Nordeste e o Centro-Sul, a despeito de propugnar justamente o contrário no âmbito do discurso político e econômico. Desse

modo, o subdesenvolvimento como consequência da relação entre centro e periferia é redimensionada à luz das próprias condições da conjuntura interna que constituem a cartografia dos estados da região Nordeste, caracterizada pela chamada indústria da seca, cujo cerne era construir o progresso a partir do caos das secas com alto custo social, como o abandono dos domicílios, a mortalidade adulta e infantil e a sujeição a diferentes formas de preconceito geográfico.

## Referências

ALVES, J. **História das Secas (séculos XVIII ao XIX)**. Ed. Fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

**ANAI DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/34**. Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital, vol. 12, 1936.

BASSANEZI, M. S. B. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**, 23 a 27 de outubro de 2000.

BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, J. de. **Antologia de João Brígido**. Editora Terra de Sol: Fortaleza, 1969.

**COMISSÃO DE SOCORROS PÚBLICOS DO CEARÁ**. Cidade de Granja. Arquivo Público do Ceará. 1877-1879.

**CONSTITUIÇÃO**, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 30 de maio de 1889.

DANDARO, F. M.; MARCONDES, F. L. Obras Públicas no Contexto Regional: secas e gastos no Nordeste brasileiro. (1860-1940). **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 113-127, jul. /set. 2018.

DUARTE, R. **Os Relatórios do ETENE sobre a seca de 1958**. Cadernos de Estudos Sociais. Recife, vol.19, n.1, jan./jun, 2003, p.7-16.

**FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ**. 2ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial. Arquivo Público do Ceará. 15 de julho de 1889.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUERRA, F.; GUERRA, T. **Secas contra a seca: Rio Grande do Norte**. 3ª ed. CNPq, 1980.

**GUIA DO IMIGRANTE DO MARANHÃO**. (Com uma carta topográfica da província). Biblioteca Pública Benedito Leite. Secretária de Estado da Cultura do Maranhão, Império do Brasil, 1888.

**GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste**. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. 2ª ed. Recife, 1967.

**I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)**.

**MENSAGEM APRESENTADA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 4 de julho de 1898.

**MENSAGEM DIRIGIDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1891.

**MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1 de julho de 1901.

**MENSAGEM DIRIGIDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1 de julho de 1905.

NEVES, F. de C. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume, Dumará, 2000.

PINHEIRO, I. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Ed. Fac. sim- Fortaleza: FWA, 2009.

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1889.

RIOS, K. S. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROSADO, V.; ROSADO, A. (orgs). **11º Livro das Secas**. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em <https://colecaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/11%C2%BA-LIVRO-DAS-SECAS.pdf>. Acesso em 1 nov. 2021.

SIMONSEN, R.; GUDIN, E. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010.

SOUSA, J. W. de F. Projeto Pompeu Sinimbu e o Desequilíbrio Econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil (1877-1901). **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 49-67, jul./set., 2019.

SOUSA, J. W. de F. Secas e Socorros públicos no Ceará. **Revista Projeto**

**História**, São Paulo: n. 52, jan.-abr. 2015.

SOUSA, J. W. de F. Um projeto Autônomo de Colonização para o Nordeste do Brasil. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 48, n. 1, pp. 145-161, jan/mar, 2017.

TEÓFILO, R. **A Seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

TEÓFILO, R. **História das Secas no Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

TEÓFILO, R. **Libertação do Ceará**: queda da oligarquia Acioly. Edição Fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.